

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

30.05.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 477-P/2019

«Deliberar sobre a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização das obras de requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio do Seixal, Assafora, Arneiro dos Marinheiros, Godigana, Fontanelas e Childeira.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 30 de maio de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

14

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 30-05-2019**.

Proposta nº 477-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

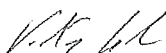
Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 30 de maio de 2019.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vítor Castro



Proposta nº 477 -P/2019

O Município de Sintra tem protocolada com a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem a manutenção e as reparações de onze espaços de jogo e recreio naquela circunscrição territorial;

Dos onze espaços, seis dos quais têm ainda o piso em areia ou seixo, o que propicia a incivilidade, por parte de detentores de animais, da respetiva utilização como "*casas de banho*";

Se está perante um problema que pode ter reflexos ao nível da saúde pública das populações, com especial incidência nas gerações mais novas;

Sendo inviável a fiscalização permanente dos espaços por parte do Município ou da Freguesia quanto à sua utilização indevida por parte de animais domésticos, houve que equacionar opções que possibilitem uma higienização regular segundo critérios técnicos constantes do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro;

A substituição dos pisos de areia ou seixo por borracha configura-se adequada ao fim em vista, atento o facto de ser facilmente higienizável e se afigurar segura ao impacto;

Atento o correspondente esforço financeiro e porque se tratam de equipamentos de utilização coletiva integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias;

As relações de índole convencional entre o Município e a Junta da União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Docº Agendado com o
Nº 14

1

O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *"permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo atual"*;

O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exatamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;

Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respetivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações"* em articulação recíproca;

A concretização das obras e o garantir subsequente do funcionamento das instalações dos Espaços de Jogo e Recreio se revestem de relevante interesse municipal;

O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;

A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respetivos órgãos executivos [álínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro],

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14

2

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Sintra delibere nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), solicitar à Assembleia Municipal autorização, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do mesmo regime, para celebrar com a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem um Contrato Interadministrativo de Colaboração, o qual inclui a prestação de uma verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) como apoio à concretização das obras de requalificação dos Espaço de Jogo e Recreio do Seixal, Assafora, Arneiro dos Marinheiros, Godigana, Fontanelas e Chilreira.

Anexa-se Minuta do Contrato a qual integra a presente Proposta para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 23 de maio de 2019

O Presidente da Câmara



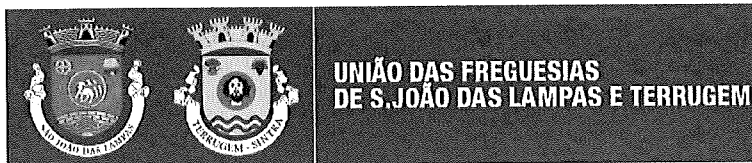
Basílio Horta

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14





CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.

DE COLABORAÇÃO Nº / 2019

 de de 2019

**ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO
DAS LAMPAS E TERRUGEM**

**- REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO DO SEIXAL, ASSAFORA,
ARNEIRO DOS MARINHEIROS, GODIGANA, FONTANELAS E CHILREIRA -**

Considerando que:

- O Município de Sintra tem Protocolada com a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem a manutenção e as reparações de onze espaços de jogo e recreio naquela circunscrição territorial;
- Dos onze espaços, seis dos quais têm ainda o piso em areia ou seixo, o que propicia a incivildade, por parte de detentores de animais, da respectiva utilização como "*casas de banho*";
- Se está perante um problema que pode ter reflexos ao nível da saúde pública das populações, com especial incidência nas gerações mais novas;
- Sendo inviável a fiscalização permanente dos espaços por parte do Município ou da Freguesia quanto à sua utilização indevida por parte de animais domésticos houve que equacionar opções que possibilitem uma higienização regular segundo critérios técnicos constantes do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro;
- A substituição dos pisos de areia ou seixo por borracha configura-se adequada ao fim em vista, atento o facto de ser facilmente higienizável e se afigurar segura ao impacto;

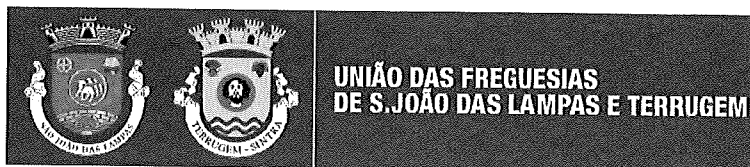
Reunião de

DJUR - 6.MAI.2019 V0.

3 0 MAIO 2019

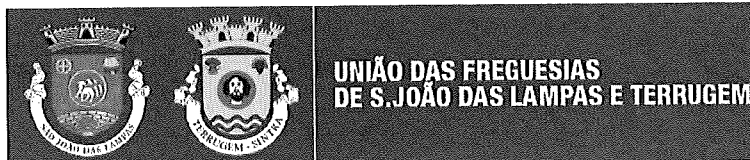
Página 1

Doctº Agendado com o
Nº 14



- Atento o corresponsivo esforço financeiro e porque se tratam de equipamentos de utilização colectiva integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias;
- As relações de índole convencional entre o Município e a Junta da União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *"permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual"*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exactamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;
- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respectivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações"* em articulação recíproca;
- A concretização das obras e o garantir subsequente do funcionamento das instalações dos Espaços de Jogo e Recreio se revestem de relevante interesse municipal;

Reunião de



- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respectivos órgãos executivos [alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];
- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de _____ autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Cooperação nas suas reuniões de ____/____/____ e ____/____/____, respectivamente.

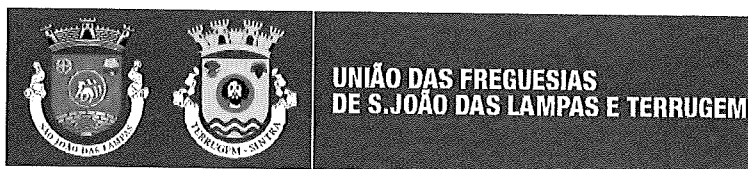
Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa colectiva de direito público n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste acto representado pelo Senhor Dr. Basílio Horta, nos termos da alínea a) e c) do n.º 1 e f) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra, identificado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**.

e

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM, pessoa colectiva de direito público n.º 510.839.789, com sede na Av.ª Central, n.º 16 – 2705-737 em S. João das Lampas, neste acto representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

Reunião de



É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Cooperação, adiante referido como "Contrato", que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objecto

1 - O presente contrato tem por objecto disciplinar a concretização das obras de requalificação dos Espaço de Jogo e Recreio (adiante referidos como EJR) promovidas pelo **Segundo Outorgante**, o qual actuará enquanto dono das obras, sob permissão do **Primeiro Outorgante**.

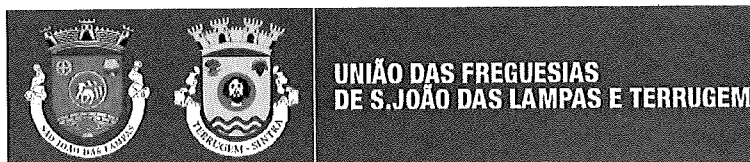
2 – Os EJR objecto de requalificação estão sitos na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem e têm a seguinte área:

- a) Seixal – 114 m²;
- b) Assafora - 210 m²;
- c) Arneiro dos Marinheiros – 156 m²;
- d) Godigana – 205 m²;
- e) Fontanelas – 210 m²;
- f) Chilreira – 183 m².

3 – Os EJR são propriedade do **Primeiro Outorgante**, não sendo a respectiva propriedade transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Reunião de

3 0 MAIO 2019



Cláusula 2.^a

Princípios

1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.^a

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da Freguesia legalmente fixadas.

CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.^a

Concretização da Obra, Funcionamento e Intervenções no Parque

1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** concretize as obras de requalificação dos EJR constantes do n.º 2 da Cláusula Primeira actuando, enquanto dono das obras, no âmbito do procedimento de Empreitada de Obras Públicas, na fase pré-contratual, contratual e de execução do contrato até à recepção provisória da obra, tendo o mesmo de decorrer obrigatoriamente nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

Reunião de



2 – Após a recepção provisória das obras de requalificação dos EJR por parte do **Segundo Outorgante** as mesmas considera-se, nos termos do presente contrato, como benfeitorias integradas no património do **Primeiro Outorgante**.

3 – A integração das benfeitorias referida no número anterior no património do **Primeiro Outorgante** não confere ao **Segundo Outorgante** direito a qualquer indemnização ou compensação.

4 – O pagamento de todas as despesas assumidas no âmbito das Empreitadas das obras de requalificação dos EJR, incumbem ao **Segundo Outorgante**.

5 - Face ao disposto no n.º 2 verifica-se, a partir da recepção provisória da obra, nos termos do artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão das posições contratuais do **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante** no âmbito dos Contratos de Empreitada, incumbindo a este o eventual accionamento das garantias contratuais e a recepção definitiva das obras.

6 - A prática de todos os actos necessários a assegurar o funcionamento dos EJR, e sua utilização pública incumbem ao **Segundo Outorgante**, nos termos do anteriormente protocolado.

7 – A substituição de quaisquer equipamentos e aparelhos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objecto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

8 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de quaisquer obras e intervenções nos EJR que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos, deve ser objecto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

Reunião de

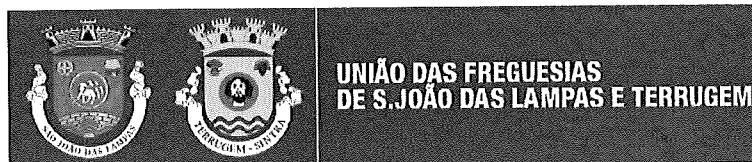
DJUR - 6.MAI.2019 V0.

3 0 MAIO 2019

Página 6

Doctº Agendado com o

Nº 14



Cláusula 5.ª

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza uma verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) como apoio à concretização das obras de requalificação dos EJR referidos na Cláusula Segunda por parte do **Segundo Outorgante**, globalmente estimadas em 78.560,00 (setenta e oito mil quinhentos e sessenta euros).

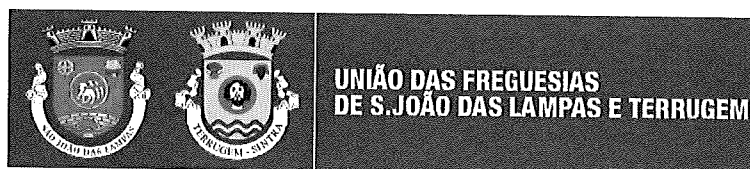
2 – A verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) referida no número anterior é disponibilizada no prazo de 5 dias úteis subsequentes comunicação ao **Primeiro Outorgante** da adjudicação da Empreitada de reabilitação dos EJR por parte do **Segundo Outorgante**.

3 – O apoio previsto no número anterior destina-se exclusivamente a cobrir os custos com a retirada de areia / seixo existente, construção de caixa em betonilha e respectiva drenagem, deslocação de aparelhos, fornecimento e aplicação da borracha de 40 mm de espessura dos EJR objecto do presente contrato.

4 – Todos os trabalhos que excedam o montante referido no n.º 2 ou que não se incluam expressamente no número anterior, bem como trabalhos a mais, revisões de preços, sobrecustos e outras despesas a que haja lugar, são da exclusiva responsabilidade do **Segundo Outorgante**.

5 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

7- As transferências previstas no presente artigo encontram-se igualmente condicionadas ao cumprimento por parte do **Segundo Outorgante** das obrigações



legais quanto à gestão dos EJR, designadamente a celebração dos seguros obrigatórios.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.^a

Acompanhamento e controlo

1 - A execução do presente contrato será acompanhada, de forma contínua, pelo **Primeiro Outorgante** que pode, a todo o tempo e sem pré-aviso, solicitar ao **Segundo Outorgante** documentos relativos à empreitada e à concreta aplicação dos apoios, bem como realizar vistorias aos locais abrangidos para verificação do cumprimento do presente contrato.

2- A análise documental à aplicação dos apoios incumbe ao DAF em articulação com o DCP e as vistorias que haja necessidade de realizar são efectivadas pelo DEP.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.^a

Entrada em vigor e período de vigência

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva subscrição e quanto à concretização das obras de requalificação, vigora até à extinção dos efeitos da respectiva empreitada.

Reunião de

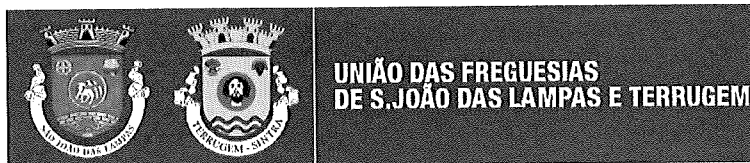
30 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14

Cláusula 8.^a

Resolução

1 – As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.



2 – A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.

3 – A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.ª

Revogação

1 - O presente contrato é susceptível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.

2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 10.ª

Ocorrências e Emergências

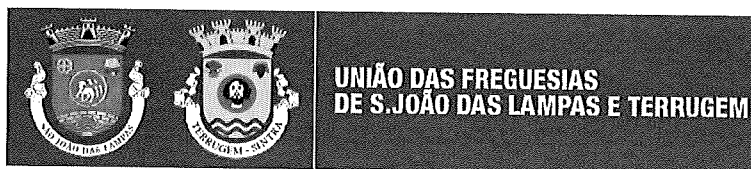
O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o objecto do presente contrato.

Cláusula 11.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7ª, 8ª e 9ª, estas deverão ser dirigidas, através de correio electrónico, com aviso de recepção e leitura para o respectivo endereço electrónico, identificado neste contrato, a saber:

a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt



b) União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem:
geral@uflampasterrugem.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via electrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 12.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.ª

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

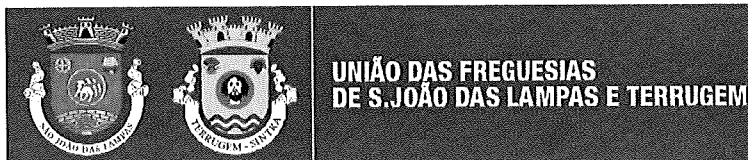
Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Publicitação

O presente Contrato é objecto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



--- A despesa global máxima estimada para este contrato é de 45.000,00 €, (quarenta e cinco mil euros) e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por deliberação tomada na sua Sessão de..... de.....de 2019.-----

- Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.-----

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.-----

Paços do Concelho,dede 2019

Pelo Município de Sintra

O Presidente da Câmara

(Basílio Horta)

**Pela União de Freguesias de União de Freguesias de São João das Lampas e
Terrugem**

O Presidente da Junta

(Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão)



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

CABIMENTO

Nº de CABIMENTO: 7419005225

Data: 23.05.2019
Data do último ajuste de valor: 23.05.2019
Descrição: CI REPARAÇÃO VÁRIOS PARQUES INFANTIS
Referência:
Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica
01.02 Câmara Municipal
01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.08 Transferências de capital
D.08.05 Administração local
D.08.05.01 Continente
D.08.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções
4.2 Transferências entre Administrações
2019.166 Descentralização Verbas Freguesia
9 CI construção parques intergeracionai

Nº Doc. financeiro: 400006979

Fundo: 18989

ORÇAMENTO DE 2019

Orçamento inicial:	50.000,00
Reforços / Anulações	370.000,00
Orçamento corrigido:	420.000,00
Despesas pagas:	0,00
Encargos assumidos:	290.000,00
Saldo disponível:	130.000,00
Despesa Emergente:	45.000,00
Saldo Residual:	85.000,00

Nº Processo: CT-2019/19001817

DATA IMPRESSÃO
23.05.2019

HORA IMPRESSÃO
15:56:56

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto:

DAF - Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840
dcco@cm-sintra.pt

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 14



Informação – Proposta n.º SM 19543

Sintra, 6-MAI-2019

ASSUNTO: PROCESSO JURÍDICO Nº 295/2019 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE S.JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM – RECUPERAÇÃO DE SEIS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO – COLOCAÇÃO DE PISO EM BORRACHA

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Lúcia Vargas

Por despacho de V.Exa. de 24 de Abril de 2019 foi o subscritor encarregue da elaboração de um “Protocolo” com a União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem para recuperação / requalificação de seis Espaços de Jogo e Recreio nesse território.

O supra mencionado vem na sequência da recepção da solicitação do Exmo. Senhor Vereador Dr. Domingos Quintas:

Dr. Carlos Bordado,

*Solicito a sua colaboração na preparação do protocolo nos termos do despacho do Senhor Presidente¹.
Com os melhores cumprimentos e estima.*

*Domingos Quintas
Vereador*

Assim, sou de informar:

1

Julga-se que o instrumento convencional que deve reger quanto à presente matéria será um contrato inter-administrativo de colaboração - entendido genericamente como aquele que é

*1. E. E. L. - 1.º de Maio de 2019
com 45.000
de Sintra
2. J. J. L. - 1.º de Maio de 2019
P. J. L. - 1.º de Maio de 2019
8.750
23/04/19*

Reunião de

3 O MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14

celebrado entre entidades administrativas - enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação e não um Protocolo (atenta a natureza jurídica das partes envolvidas).

Como refere a Senhora Professora Doutora Alexandra Leitão na sua tese de doutoramento: *“Os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea. A par destes institutos, que constituem relações verticais entre entidades administrativas, surgem relações horizontais, baseadas na cooperação e na colaboração, que permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual.”*

II

Tendo as Freguesias atribuições quanto à *“... promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações em articulação com o Município”*, de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 7º e no âmbito específico do equipamento rural e urbano (de entre os quais os Espaços de Jogo e Recreio), de acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do mesmo artigo 7º, tudo do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, julga-se que existe uma base legal suficientemente sustentada para, por parte daquela poder subscrever o Contrato Inter-administrativo.

Por banda do Município e no que se reporta à disponibilização de verba à Freguesia, é invocável, no plano das atribuições o nº 1 do artigo 23º que dispõe que *“constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações em articulação com as Freguesias”*, bem como no âmbito específico das atribuições a referência ao equipamento rural e urbano, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do mesmo artigo 23º, tudo do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Ademais, estes em um dos casos em que – não obstante existir uma delegação de competências para a gestão dos Espaços de Jogo e Recreio – se justifica a colaboração inter-institucional e a aplicação do princípio da subsidiariedade, tanto mais que a Freguesia se dispôs a concretizar a obra de requalificação, para que os EJR estejam disponíveis e utilizáveis em correctas condições de higienização.

Reunião de

30 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 14

O Município de Sintra tem Protocolada com a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem a manutenção e as reparações de onze espaços de jogo e recreio naquela circunscrição territorial.

De acordo com a factualidade exposta pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos onze espaços, seis dos quais têm ainda o piso em areia ou seixo, o que propicia a incivilidade, por parte de detentores de animais, da respectiva utilização como “casas de banho”.

Considera-se que se está perante um problema que pode ter reflexos ao nível da saúde pública das populações, com especial incidência nas gerações mais novas, que deve ser resolvido.

Sendo inviável a fiscalização permanente dos espaços por parte do Município ou da Freguesia quanto à sua utilização indevida por parte de animais domésticos houve que equacionar opções que possibilitem uma higienização regular segundo critérios técnicos constantes do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de Setembro.

A substituição dos pisos de areia ou seixo por borracha configura-se tecnicamente adequada ao fim em vista, atento o facto do material ser facilmente higienizável e se afigurar seguro ao impacto.

Os EJR objecto de requalificação estão sitos na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem e têm a seguinte área:

- a) Seixal – 114 m²;
- b) Assafora - 210 m²;
- c) Arneiro dos Marinheiros – 156 m²;
- d) Godigana – 205 m²;
- e) Fontanelas – 210 m²;
- f) Chilreira – 183 m².

III

Atento o correspectivo esforço financeiro e porque se tratam de equipamentos de utilização colectiva integrados no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias.

Relativamente à dotação financeira para apoio à realização das obras de requalificação dos EJR, globalmente estimadas em 78.560,00 (setenta e oito mil quinhentos e sessenta euros),

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14

destaque-se que o Município só disponibiliza uma verba de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) como apoio à sua concretização incumbindo o resto à União de Freguesias.

No âmbito das competências da Câmara Municipal destaque-se, a propósito da concessão do apoio, que o Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prescreve no artigo 33.º, sob a epígrafe de "*Competências materiais*", que:

"1. Compete à câmara municipal:

(...)

o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

(...)

u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual no âmbito do ensino não superior e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;"

Assim, dos normativos supra parece-nos, desde logo, resultar que cabe à Câmara Municipal – isto é, ao órgão executivo do Município - poderia deliberar sobre as modalidades de apoio (ou comparticipação) a entidades e organismos com vista à prossecução de actividades de interesse municipal.

Mais decorre que tal apoio – associado às atribuições municipais previstas no artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - pressupõe que essas entidades e organismos:

- a) Sejam legalmente existentes (cfr. a alínea o); e
- b) Prossigam fins de interesse público municipal – interesse público local (cfr. a alínea u).

De notar² que:

"a este propósito, que não é por acaso que o Legislador exige que se tratem de entidades e/ou organismos com personalidade jurídica porque, muitas vezes, existem grupos de cidadãos que prosseguem determinadas finalidades coincidentes com o interesse público local, mas que não têm existência jurídica. Ora, se esses entes vão beneficiar de apoio

²Como refere a ANMP em Parecer de 21 de Outubro de 2015

público - no fundo, de recursos da comunidade em geral - é legítimo exigir-se que estejam instituídos de acordo com os normativos legais vigentes.

*Por outro lado, e relativamente à segunda exigência legal, é importante salientar que o **“interesse público municipal”** é um conceito elástico, de natureza abstracta e indeterminada, que abrange múltiplas situações.*

Trata-se, portanto, de um conceito evolutivo e transitório, dependente dos costumes e das próprias transformações económicas e sociais, não sendo possível uma determinação do seu conteúdo válida para todos os tempos e para todos os Municípios. Em suma, trata-se de um conceito que carece de ser concretizado pela respectiva Câmara Municipal com subordinação aos princípios jurídicos fundamentais e ao interesse geral municipal”.

Ora é precisamente na ponderação do **interesse público municipal** com a sua especificidade e plasticidade conceptual que se coloca a tónica do enquadramento da legalidade do apoio.

Não existe qualquer dúvida, por muito mutável que seja o conceito de **interesse público** que uma Freguesia, enquanto pessoa colectiva pública de população e território prossegue, neste caso, o interesse público municipal, tanto mais que as obras de recuperação a realizar vão ter lugar em equipamentos propriedade do Município.

IV

Todavia, tratando-se de um apoio a um Freguesia, temos de ter em conta o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro ³ o que implica que todo o processo – aprovação do apoio e contrato inter-administrativo de colaboração – deve ser previamente autorizado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, ao abrigo da norma atrás referida e das alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Contrato Inter-administrativo em causa pressupõe, antes da celebração, também a prévia autorização da Assembleia de Freguesia, sob proposta do respectivo órgão executivo tendo o

3

Artigo 25.º Competências de apreciação e fiscalização

1 — Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

.....

j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Reunião de

30 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 14

bastante suporte legal na alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º e alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Foi, assim, elaborada – com base nos antecedentes relevantes - os textos juntos relativos uma minuta de Contrato Inter-administrativo de Colaboração (vide Anexo).

CONCLUINDO:

Face ao que precede, sou de propor que, caso o presente parecer tenha a concordância de V.Exa. seja sujeito a despacho do Exmº Senhor Vereador Dr. Eduardo Quinta Nova para colher a sua anuência de princípio relativamente ao texto elaborado, tendo em vista a ulterior submissão da minuta ao Exmº Senhor Vereador Dr. Domingos Linhares Quintas que a solicitou.

A DJUR encontra-se disponível para elaborar Proposta a reunião do Executivo Municipal, caso a minuta de contrato mereça a concordância do Exmº Senhor Vereador Dr. Domingos Linhares Quintas.

À Consideração Superior.

O Técnico Superior Jurista,



(Carlos Bordado)

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 14

N.º SM 19543/2019

Sintra, 06-05-2019 16:23:16

Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 295/2019 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM – RECUPERAÇÃO DE SEIS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO – COLOCAÇÃO DE PISO EM BORRACHA

CARLOS MANUEL
PINHEIRO DA SILVA
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DPT-05014504, T=Vereador Superior, OU=Entidade para a Prestação de Serviços, O=MUNICÍPIO DE SINTRA, C=PT
Reason: Pausar
Data: 2019-05-06T15:24:48

Exma. Sra. Diretora
Concordo, atento o explicitado, propõe-se submeter o presente parecer e minuta de contrato interadministrativo, entre o Município e a U.F. de S. João das Lampas, à consideração do Exmº Sr. Vereador Eduardo Quinta com sugestão de submissão ao Exmº Sr. Vereador Domingos Linhares Quintas, para efeitos de recuperação seis espaços de jogo e recreio, prevendo-se que o Município apõe a intervenção disponibilizando o montante de 45.000,00€.
À consideração superior,

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=DPT-10022979, T=Chefe do Serviço, OU=Certificação para Pessoa Singular, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Pausar
Data: 2019-05-06T16:15:58

Exmo. Senhor Vereador Eduardo quinta Nova,
Concordo, submetendo-se a V.Exa. minuta de contrato interadministrativo de colaboração entre o Município e a União de Freguesias de S. João da Lampas e Terrugem, com o objeto de apoio para a recuperação de espaços de jogo e recreio, disponibilizando o Município a verba de €45.000,00.
Ao Exmo. Senhor Vereador Domingos Quintas.
Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: CN=Sandra Isabel Magno de Brito, SERIALNUMBER=DPT-100561006, T=Jurista, OU=Certificação para Pessoa Singular, O=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Despacho
Data: 2019-05-07T11:54:49

Comunicação
O Vereador
(Eduardo Quinta Nova)
07-05-2019

Reunião de

3 0 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº *84*

